

Relatório Anual 2016

UNISYS·PREVI



Olá participante!

Seja muito bem-vindo!

O ano de 2016 demonstrou a complexidade do nosso tempo. Ele nos desafiou a sobrepujar o momento político e econômico do país para fazer o melhor aos nossos participantes.

Foi um ano de rico aprendizado, com relações intensificadas pela conjuntura e mudanças velozes. O período que passamos e ainda estamos a enfrentar denota a importância da preparação. Estar preparado significa estar à frente de qualquer crise e sentir-se confiante para atravessá-la.

No intenso movimento de assimilar essa nova realidade, reforçamos a aliança e nosso compromisso com todos que fazem parte desta Entidade e esperam dela a solidez para desbravar o futuro com segurança.




Por isso, mais do que nunca, garantir a transparência na comunicação de nossa saúde patrimonial, atuarial e de investimentos é a melhor forma de mostrar nosso trabalho a você, participante.

Acompanhe de perto o seu plano de previdência complementar e, em caso de dúvidas, consulte a Entidade por meio dos canais de comunicação disponibilizados. Teremos o maior prazer em ajudá-lo.

A você, participante, uma boa leitura!

Um grande abraço,

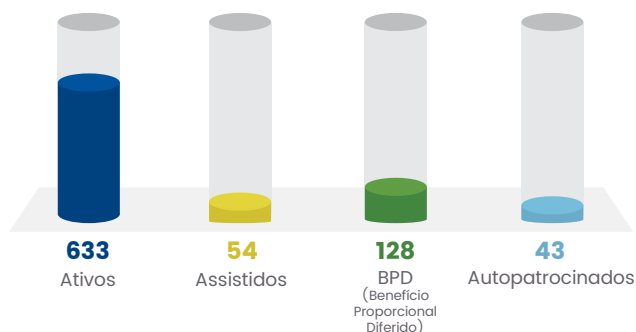
UNISYS-PREVI

 (21) 3900 7837/7844/7845
 unisys.previ@br.unisys.com
 www.unisysprevi.com.br

A Entidade em 2016

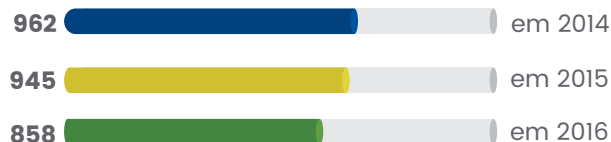
Conheça um pouco mais o tamanho da sua Entidade

Quantidade de participantes



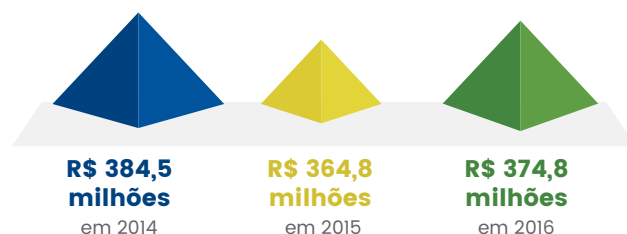
Número total de participantes

Veja o número total de participantes da UNISYS-PREVI nos últimos 3 anos.



Patrimônio da entidade

Nosso patrimônio nos últimos 3 anos: total da reserva acumulada pelos participantes e patrocinadoras para pagar os benefícios futuros de cada um.



Desempenho econômico 2016 e perspectivas 2017

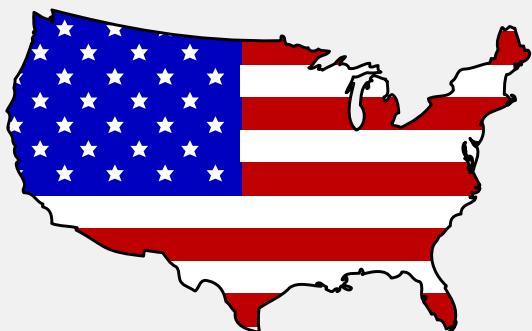
Como foi o desempenho da economia mundial em 2016?

O ano de 2016 foi marcado por diversas mudanças, tanto no cenário doméstico como internacional. Começamos 2016 presenciando uma piora do cenário econômico mundial, com indicadores desfavoráveis das principais economias globais. Ao decorrer do ano, este cenário foi se atenuando, o que levou ao aumento da busca por ativos mais atrativos em outros mercados, beneficiando, assim, países com prêmio de risco mais elevado, como é o caso do Brasil.



Com relação à Zona do Euro, houve uma ligeira recuperação da economia em 2016, depois de serem colocados novos estímulos monetários pelo Banco Central Europeu nos meses anteriores. Embora modesto, o crescimento econômico na região tem ganhado certa consistência, processo que envolve também uma lenta redução da taxa de desemprego (9,6% em Dezembro). Com foco na recuperação da demanda, a política monetária do Banco Central Europeu (BCE) seguirá expansionista, com a manutenção do programa de compras de ativos até o final do ano de 2017. Na Zona do Euro, o calendário político também continuará em foco, em especial na Alemanha, na França e na Holanda, onde serão realizadas eleições ao longo do ano.

- O PIB da Zona do Euro avançou 1,7% em 2016 e deve crescer 1,5% em 2017;
- Elevação da inflação trará alguma pressão sobre o Banco Central Europeu (BCE);
- Ao longo do ano, eventos políticos podem criar maior instabilidade.



Do outro lado do mundo, no mês de novembro, tivemos outro choque no âmbito internacional e um novo cenário global com a eleição de Donald Trump como presidente dos

Estados Unidos. Isto gerou novas incertezas relacionadas à postura desse novo governo e sua agenda pautada em políticas protecionistas, o que poderá causar impacto na política monetária do Fed (Federal Reserve). Tais fatores resultaram em altos níveis de aversão ao risco e precificação de ativos globais, incluindo as taxas de câmbio.

A perspectiva das políticas econômicas nos EUA a serem adotadas permaneceu difusa, com um claro viés desfavorável ao comércio global, por conta do protecionismo, e uma agenda pautada em expansão fiscal. Percebeu-se, também, certo distanciamento de laços e compromissos com os acordos internacionais. Por outro lado, houve redução de impostos, menor regulamentação e gastos com infraestrutura.

- Atividade econômica: após avançar 3,5% no 3Q16, a economia registrou crescimento de 1,9% no 4Q16, encerrando o ano com crescimento de 1,6%;
- Espera-se mais três altas na taxa de juros pelo FED em 2017;
- Se mantém a expectativa de adoção da política fiscal expansionista e a adoção de políticas protecionistas pelo governo Trump.



Sobre a China, os índices de atividade de Serviços e Industriais sinalizaram, em julho de 2016 uma melhora dos dados de atividade. No mercado cambial, o Yuan seguiu em tendência de desvalorização perante a cesta de moedas internacionais. No entanto, o país permaneceu no radar de monitoramento do mercado, dada a tendência de desaceleração de sua economia e o alto nível de endividamento privado. A política cambial permanece visando a depreciação da moeda, auxiliada pela apreciação do dólar americano.

- O PIB avançou 6,8% no 4Q16, encerrando o ano com crescimento de 6,7%;
- A economia chinesa deve avançar 6,5% em 2017;
- Política comercial do governo Trump pode gerar alguma reação do governo chinês.

E no Brasil, como foi o desempenho da economia em 2016?



No Brasil, começamos o ano de 2016 com um cenário de impeachment, até então improvável ou com possibilidades muito baixas. Ao longo dos meses, o foco sobre o Brasil continuou a ser o ambiente político e uma eventual mudança de governo ou da política econômica. Cada possibilidade de troca de governo refletia na precificação dos ativos locais, movimento esse que foi classificado como “rali de impeachment”.

Em meados de abril, o mercado já havia tomado como base a possibilidade de impeachment e as expectativas passaram a ser em torno de como seria o mandato de um novo governo, com Temer assumindo a presidência. Com isso, observou-se a melhora dos principais ativos brasileiros e a entrada de capitais no país.

O novo presidente do Banco Central se mostrou mais ortodoxo a respeito das políticas adotadas pelo órgão, sinalizando ao mercado uma postura menos tolerante com relação à inflação e uma menor intervenção por parte do Banco Central sobre a política cambial.

Após a definição do impeachment o Banco Central do Brasil iniciou um ciclo de cortes de juros.

Nos últimos meses do ano, tivemos o cenário político bastante agitado, com embates entre os poderes legislativo e judiciário, além da votação da PEC dos gastos. Essa PEC sinaliza um primeiro passo em direção ao reequilíbrio estrutural das contas públicas do País. Tivemos também em pauta a reforma da Previdência, mas que ainda deve tramitar ao longo de 2017.

Entendendo um pouco mais do que aconteceu no Brasil em 2016: Conjuntura Econômica

Ao longo de 2016, tivemos um ambiente de descoordenação política, que gerou efeitos negativos sobre a economia, com redução da expectativa de controle inflacionário, escassez de crédito e um ambiente de negócios turbulento.

Os números continuaram em declínio, reflexo da fraca atividade econômica, resultando em revisões baixistas do PIB e piora das estimativas. Por conta desses fatos, o nível de confiança dos agentes seguiu em patamares baixos.

Tivemos uma ligeira melhora das expectativas fundamentada na evolução do PIB do primeiro trimestre, que surpreendeu positivamente ao mostrar uma contração

menor que a esperada. No entanto, o segundo trimestre permaneceu com a contração da atividade econômica, dada a deterioração do emprego, das condições de crédito sobre o consumo e das incertezas sobre os investimentos.

Na reunião do Copom, realizada em janeiro de 2017, tivemos o anúncio de redução em 75 pontos percentuais da taxa básica de juros, surpreendendo positivamente o mercado. Um dos fatores que suportou a aceleração do corte dos juros foi a surpresa inflacionária positiva do final de 2016, com redução das projeções para 2017, além da atividade econômica mais fraca que o esperado.

Em fevereiro deste ano, tivemos novamente a confirmação das expectativas do mercado com o Banco Central anunciando um novo corte dos juros em 75 pontos-base. A percepção de seu comunicado aparentemente deixa a porta aberta para haver tanto um ciclo de cortes de juros mais extenso do que o precificado, como mais intenso.

O próprio BCB, no entanto, reforçou a importância da manutenção no ritmo de aprovação de reformas, ressaltando o seu papel fundamental para a reversão da situação fiscal (ainda crítica) do país.

A visão é que o Copom deve intensificar o ritmo de afrouxamento monetário em seus próximos encontros. Espera-se que o Brasil siga em uma intensa queda de juros em 2017, podendo fechar o ano com uma taxa básica de juros de um dígito. Isso propiciaria um ambiente favorável para recuperação gradual da economia.

No entanto, até o momento, a situação brasileira permanece preocupante. Continuamos com dados ainda fracos em atividade e produtividade, além do mercado de trabalho em deterioração.

Sobre a inflação, em 2016, observa-se uma taxa de 6,29%, voltando a convergir para dentro das bandas de inflação estipuladas pelo Banco Central. Esse resultado veio como consequência da postura mais ortodoxa dos formuladores de políticas econômicas, além da elevada taxa de desemprego, ocasionada pela fraca atividade econômica do país.

E o mercado financeiro, como se comportou em 2016?

Renda Fixa

O ano de 2016 foi bastante positivo para o segmento de Renda Fixa. Logo no início, com o ambiente global e político conturbado, o mercado estava avesso ao risco e pessimista com segmentos mais agressivos como a Bolsa de Valores brasileira. Com isso, no final de 2015 e início de 2016, houve um aumento de posição em ativos de menor risco, somado a um ambiente propício a esses investimentos devido aos juros altos.

No decorrer do ano, dada as mudanças institucionais no governo brasileiro e o início do ciclo de queda de juros brasileiro, possibilitada pela redução das taxas de inflação, houve uma queda dos prêmios de juros em todos os seus vencimentos, gerando fortes ganhos para as carteiras posicionadas em títulos pré-fixados e indexados à inflação.

Renda Variável

Começamos 2016 com trajetória negativa de Renda Variável, reflexo da baixa expectativa dos dados de nossa economia. Porém, já em fevereiro, houve um grande volume de negociações, invertendo a trajetória de queda e corrigindo, assim, parte do retorno negativo dos últimos meses de 2015. Isso se deu principalmente com as commodities, em especial do minério, que beneficiou o mercado acionário brasileiro.

Podemos citar ainda a repercussão global do resultado

das eleições nos Estados Unidos, o que resultou em forte movimento de abertura dos juros e impactou a precificação dos ativos em esfera Global.

Câmbio

O processo de desvalorização de nossa moeda vinha como resposta ao desempenho de nossa economia, aos dados menos animadores da economia global e à nova postura dos agentes monetários globais.

Ao longo do ano, houve melhora do ambiente para ativos de risco no exterior e recuperação do preço das commodities, aumento do petróleo e a expectativa da troca do governo brasileiro, o que favoreceu a apreciação do Real frente à moeda norte americana. Assim, vimos o dólar sofrendo forte desvalorização perante o Real e um grande volume financeiro de entrada de capitais estrangeiros no país.

Muito da precificação do Real, está de acordo com o aumento das taxas de juros nos EUA (expectativa de dois aumentos neste ano e três aumentos em 2018). Outro fator é o andamento positivo do ajuste fiscal no Brasil, com a consequente redução do risco-país, deve continuar a ser um fator positivo para a moeda. E a continuidade da recuperação dos preços das commodities, em função da perspectiva de recuperação da atividade econômica global, também podendo ajudar na valorização do Real;

Abaixo, apresentamos alguns indicadores relevantes do ano de 2016:

- Retração de 3,6% do PIB (Produto Interno Bruto);
- Inflação de 6,29% medida pelo IPCA, voltando a ficar dentro do limite superior de 6,50% (Base dezembro/2016);
- Taxa básica de juros fechou o ano em 13,75% atualmente está em 12,25% e podendo encerrar 2017 em 9%;
- Ibovespa com valorização de 38,94%;
- -16,54% desvalorização considerável do dólar (Dólar Ptax) frente ao real.

Perspectivas para 2017

Economia Internacional

As perspectivas para o cenário internacional sobre o desempenho econômico mostram-se positivas, em especial quando comparadas ao padrão recente pouco animador. Por outro lado, há inúmeros obstáculos e desafios ao longo do ano do ponto de vista internacional, aspectos esses que ameaçam a visão mais construtiva que tem se desenhado com relação às principais economias.

Nos Estados Unidos, com a nova agenda a ser implementada pelo novo governo, a economia deve ganhar impulso, por conta de estímulos e de um mercado de trabalho ainda aquecido. O novo governo tem sinalizado medidas expansionistas do lado fiscal, via cortes de impostos, menor regulamentação, elevações de gastos públicos e afrouxamento do crédito.

Na Zona do Euro, observa-se um ciclo suave de investimentos por parte das autoridades monetárias europeias, com leves reduções de incentivos ao longo do ano, além do aumento gradual do consumo das famílias e crescimento sutil da produção e utilização da capacidade das empresas europeias.

Sobre a China, nota-se melhora em sua margem, pautada no crescimento via concessão de crédito e construção. A política cambial permanece visando à depreciação da moeda, auxiliada pela apreciação do dólar americano. A China continuará tendo como desafio os desequilíbrios internos e um quadro global mais hostil, na tentativa de manter o bom desempenho econômico e o alcance das metas de crescimento.

Economia Brasileira

Os resultados indicam uma atividade econômica ainda fraca, com dados pouco robustos. Para uma análise mais a médio e longo prazo, devemos olhar os fundamentos estruturais do país, entre eles o quadro fiscal, que permanece crítico. Continuamos na expectativa de novas reformas no âmbito fiscal.

Com relação ao mercado financeiro, a Renda Fixa continua apresentando retornos positivos e boas oportunidades para os investimentos de longo prazo, com atenção para a volatilidade das curvas de juros e novos cortes de juros no curto prazo.

O segmento de Investimentos Estruturados dá a possibilidade de proporcionar uma rentabilidade superior à dos investimentos de Renda Fixa convencionais, mas assumindo um nível de risco mais elevado.

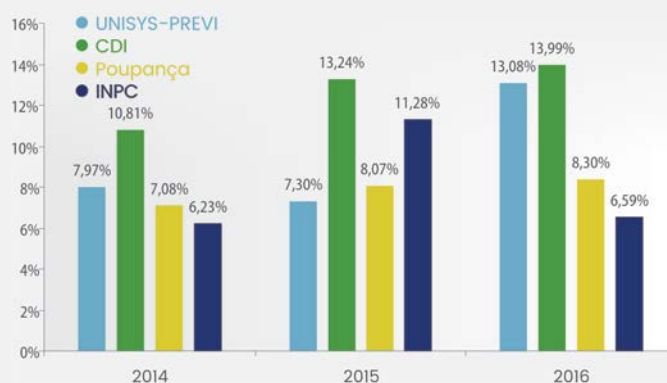
Para a Renda Variável, a perspectiva é que em 2017 se mantenha cercada por incertezas, num ambiente global mais turbulento, envolto pelas expectativas dos agentes com as possíveis medidas adotadas pelo governo Trump, elevação dos juros dos Estados Unidos e apreciação da moeda norte americana. Em relação à parcela doméstica, percebemos um mercado que tende a ser muito influenciado pelos dados dos indicadores de nosso país e a valorização das commodities.

Resultado dos investimentos

Diante do cenário descrito acima, a rentabilidade adquirida pelos investimentos realizados pela UNISYS-PREVI neste exercício é considerada satisfatória, com políticas de investimentos adequadas à situação e com foco na preservação do patrimônio da entidade e dos seus participantes.

Rentabilidade do seu plano

Comparativo de rentabilidade com os principais índices econômicos (CDI, poupança e INPC) nos últimos 3 anos.



Condição patrimonial e contábil

O balanço patrimonial é a demonstração contábil que apresenta o conjunto de bens e direitos (ATIVO) e as obrigações (PASSIVO), ao final de cada ano, da UNISYS-PREVI. Em uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, a melhor maneira de acompanhar e conhecer a situação patrimonial e financeira é analisar o balanço patrimonial.

Confira, abaixo, a situação das principais contas do balanço patrimonial da UNISYS-PREVI em 2016 e em 2015.

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Disponível	64	115
Realizável	374.716	364.716
TOTAL DO ATIVO	374.780	364.831

PASSIVO	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
Exigível Operacional	7	806	812
Exigível Contingencial	8	1.266	1.111
Patrimônio Social		372.708	362.908
TOTAL DO PASSIVO		374.780	364.831

Para a KPMG Auditores Independentes as demonstrações contábeis da UNISYS-PREVI apresentaram adequadamente, em 31 de dezembro de 2016, a posição patrimonial e financeira da Entidade, estando de acordo com as disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades fechadas de previdência complementar.

Condição patrimonial e contábil do plano

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - PLANO UNISYS BRASIL (R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variacão (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	362.757	382.986	(5)
1. ADI�OES	53.465	36.488	47
(+) Contribui�es	9.377	10.120	(7)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	43.874	26.188	68
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	214	180	19
2. DESTINA�OES	(43.722)	(56.717)	(23)
(-) Benefícios	(43.312)	(56.539)	(23)
(-) Custeio Administrativo	(410)	(178)	130
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	9.743	(20.229)	(148)
(+/-) Provisões Matemáticas	9.849	(20.019)	(149)
(+/-) Fundos Previdenciais	(117)	145	(181)
(+/-) (Déficit) Técnico do Exercício	11	(355)	(103)
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	372.500	362.757	3
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	24	-	100
(+/-) Fundos Administrativos	24	-	100

Demonstra o da Muta o do Ativo Líquido - PLANO UNISYS TECNOLOGIA (R\$ MIL)

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variacão (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	151	129	17
1. ADI�OES	33	22	50
(+) Contribui�es	13	12	8
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	20	10	100
2. DESTINA�OES	-	-	-
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	33	22	50
(+/-) Provisões Matemáticas	28	19	47
(+/-) Fundos Previdenciais	5	3	67
4. OPERA�OES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	184	151	22
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	-	-	-

Parecer atuarial

A Avalia o Atuarial foi realizada pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. A consultoria atesta que, com base nas hipóteses e métodos atuariais adotados em 31 de dezembro de 2016, os planos de aposentadoria da UNISYS-PREVI estão equilibrados, ou seja, financeiramente estáveis para pagamento dos benefícios concedidos e a conceder. A continuidade do plano depende exclusivamente do pagamento das contribui es previstas nos Planos de Custeio para manter este equilíbrio.

Adicionalmente, a consultoria atesta que os dados dos participantes utilizados nesta avalia o atuarial, bem como as hipóteses e métodos atuariais adotados, atendem   legisla o aplicável e foram considerados adequados.

Despesas Administrativas (em R\$)

	Unisys-Previ 2016
Pessoal e encargos	1.095.502
Consultoria atuarial	82.390
Consultoria contábil	52.046
Consultoria jurídica	52.947
Informática	441.150
Auditoria contábil	105.000
Despesas Gerais	107.204
TAFIC - Taxa Fiscaliza�o Previc	36.048
Consultoria de Investimentos	29.040
Consultoria de Controles Internos	24.578
Consultoria de riscos	27.119
Consultoria tributária	39.258
TOTAL	2.092.282

Educação Financeira e Previdenciária

Apertem os cintos... estamos em crise

Muitas famílias brasileiras estão passando por dificuldades neste período de crise na Economia do país, seja por conta da perda do emprego de um dos membros que ajudam a compor a renda familiar, ou simplesmente a dificuldade de manter o orçamento doméstico com os preços subindo continuamente.

No entanto, poucas pessoas param para refletir e dão voz à



consciência ao se ajustarem à nova realidade. O fato é que é preciso readequar os gastos e reduzir despesas, mas o que é importante saber antes de colocar a caneta no seu orçamento doméstico?

Despesas não emergenciais podem ser muito importantes para serem cortadas

Comumente, um dos primeiros cortes de gastos considerados num momento de crise se refere àquelas despesas cujo benefício não tem impacto imediato na família, como exemplos, a contribuição ao plano de previdência complementar ou o pagamento de um seguro de vida ou residencial.

No entanto, este período poderá custar caro no futuro ou no caso de uma eventualidade. Preservar a estabilidade financeira da família é essencial especialmente em momentos de crise, afinal, além de todo o cenário negativo, atravessar uma possível perda adicional agravará de forma considerável a situação.

Especificamente no caso do plano de previdência, ao suspender as contribuições, o participante perde a oportunidade de acumular recursos para a aposentadoria e os juros do período e posterga uma crise financeira progressiva para o futuro.

Fazer uso de poupança formada com propósito futuro não é uma boa saída

Por exemplo, resgatar os recursos do fundo de pensão quando se desliga da empresa ou fazer uso da poupança destinada à educação futura dos filhos.

Quando o plano de previdência é contributivo e permite resgate do saldo, ao menos referente à parte do participante, grande parte dos beneficiários de fundos de pensão resgatam seus recursos quando se desligam da empresa patrocinadora. Isso prejudica o planejamento da aposentadoria, pois um dinheiro que levou anos para ser poupado é liquidado em poucos meses e o tempo dispendido para formar esta poupança, perdido. E aí fica a questão: quando será retomado este planejamento futuro e quanto tempo levará para acumular a mesma quantia?

Outra questão é fazer uso de poupança que será necessária em um futuro breve, como a formação de reserva para custear o estudo dos filhos. A necessidade deste dinheiro chegará muito mais rápido do que a capacidade de poupança e a recuperação do saldo utilizado.

Normalmente queremos manter nosso estilo de vida, mesmo que ele custe caro ao nosso bolso

Uma maneira de nos fazer sentir confortáveis ao atravessar um momento de crise é a constância no padrão de vida, ou seja, enquanto conseguimos manter os prazeres do dia a dia podemos nos sentir otimistas e seguros.

Infelizmente esse comportamento nos dá uma falsa sensação de tranquilidade, já que ele drena recursos que poderiam fazer o pé de meia da família para enfrentar a crise. Se antecipar aos cortes de gastos gradualmente antes que eles sejam necessários é uma forma de evitar sofrimento no derradeiro momento do esgotamento de recursos.

Não encare a mudança do padrão de vida como sacrifício e privação de felicidade

Em função da nossa cultura, quando deixamos de consumir ou diminuimos alguns prazeres aos quais estávamos habituados é visto por muita gente como atos de sacrifício e perda.

Este tipo de pensamento faz com que, em momentos de necessidade, as pessoas apontem suas canetas para as linhas erradas do orçamento doméstico, cortando despesas relevantes e necessárias para beneficiar os gastos que compõem o estilo de vida da família.

É muito comum vermos pais endividados que não conversam abertamente com seus filhos e permanecem no vermelho para manter o padrão de vida das crianças.

Não caia nesta. Envolve o cônjuge e os filhos nesta missão de organizar as finanças domésticas e otimizar os gastos da casa e lembre-se que um ambiente familiar sem dívidas é muito mais equilibrado, seguro e até mesmo prazeroso do que o consumo insustentável.



Glossário

Chegou a hora de analisar os documentos referentes ao ano de 2016 que comprovam a solidez da **UNISYS-PREVI**.

Porém, antes dessa análise, você deve estar familiarizado com os termos contidos neste documento. Desta forma, preparamos este Glossário para lhe explicar o que significa cada um deles:

- o Balanço Patrimonial apresenta a posição financeira e patrimonial da entidade em 31 de dezembro, representando, portanto, uma posição estática. O ativo é o conjunto de bens, direitos e aplicações de recursos e o passivo compreende as obrigações para com os participantes e terceiros.
- a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) apresenta a movimentação do patrimônio social da entidade através das adições (entradas) e deduções (saídas) de recursos.
- a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios apresenta a movimentação do ativo líquido do plano de benefícios através das adições (entradas) e deduções (saídas) de recursos.
- a Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL) evidencia a composição do ativo líquido do plano de benefícios no exercício a que se referir, apresentando saldos de contas do ativo e passivo.
- a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada (DPGA) revela a atividade administrativa da entidade, apresentando a movimentação do fundo administrativo através das receitas, despesas e rendimento obtido no exercício a que se referir.
- a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios apresenta a atividade administrativa da entidade, relativa a cada plano de benefícios, evidenciando a movimentação do fundo administrativo existente em cada plano.
- a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT: evidencia a totalidade dos compromissos do plano de benefícios no exercício a que se referir.
- o Demonstrativo de Investimentos revela a alocação de recursos da entidade, os limites de alocação atual versus o que foi definido pela política de investimentos e a legislação vigente, os recursos com gestão terceirizada, a rentabilidade dos investimentos por segmento (renda fixa, renda variável etc.), a diferenç a entre a rentabilidade do segmento e a meta atuarial da entidade, os custos de gestão dos recursos e as modalidades de aplicação.
- o fundo significa o ativo administrado pela entidade, que será investido de acordo com os critérios fixados anualmente pelo Conselho Deliberativo, por meio da política de investimentos.
- a meta atuarial é uma meta de rentabilidade utilizada como parâmetro para o retorno dos investimentos do fundo, de forma que os eventuais compromissos futuros da entidade possam ser cumpridos.
- o parecer atuarial é um relatório preparado por um estatístico especializado em seguros e previdência (atuário), que apresenta estudos técnicos sobre o plano de previdência que estiver analisando. Seu objetivo é avaliar a saúde financeira da entidade para poder honrar o pagamento dos benefícios presentes e futuros.
- o participante é a pessoa que está inscrita como tal no plano. Para conhecer a definição exata de participante e também a de beneficiário, leia o regulamento do seu plano.
- a patrocinadora é a empresa que custeia o plano junto com os participantes (isso quando as contribuições dos participantes estão previstas no regulamento). Um plano de previdência complementar pode ter uma ou mais patrocinadoras.
- a política de investimentos é um documento de periodicidade anual que apresenta diversas informações, como: 1) critérios de alocação de recursos entre os segmentos de renda fixa, renda variável etc.; 2) objetivos específicos de rentabilidade para cada segmento de aplicação; 3) limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica; 4) limites utilizados para a realização de operações com derivativos e 5) avaliação do cenário macroecon mico de curto, médio e longo prazos, entre outras coisas. Estas informações auxiliam na avaliação dos recursos investidos, na escolha das instituições financeiras que vão administrar os investimentos e na avaliação dos limites de risco de mercado e de crédito, por exemplo. Neste relatório anual, você terá a oportunidade de ver o resumo da política de investimentos.

Todos os documentos que você analisar  a seguir já foram encaminhados para o controle e a verificação da Previc, que tem como uma de suas principais missões proteger os interesses dos participantes.

BALANÇO PATRIMONIAL (em R\$ mil)

ATIVO	NOTA	2016	2015
Disponível		64	115
Realizável		374.716	364.716
Gestão Previdencial	5	2.834	2.219
Gestão Administrativa	5	1.272	1.092
Investimentos	6	370.610	361.405
Fundos de Investimento		369.399	360.140
Empréstimos e Financiamentos		1.155	1.216
Depósitos Judiciais/Recursais		56	49
TOTAL DO ATIVO		374.780	364.831
PASSIVO			
Exigível Operacional	7	806	812
Gestão Previdencial		570	648
Gestão Administrativa		235	160
Investimentos		1	4
Exigível Contingencial	8	1.266	1.111
Gestão Administrativa		1.210	1.062
Investimentos		56	49
Patrimônio Social		372.708	362.908
Patrimônio de Cobertura do Plano		371.428	361.540
Provisões Matemáticas	9	372.109	362.232
Benefícios Concedidos		71.300	60.311
Benefícios a Conceder		300.809	301.921
Equilíbrio Técnico		(681)	(692)
Resultados Realizados		(681)	(692)
(-) Déficit Técnico Acumulado	10	(681)	(692)
Fundos	11	1.280	1.368
Fundos Previdenciais		1.256	1.368
Fundos Administrativos		24	-
TOTAL DO PASSIVO		374.780	364.831

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	362.908	383.115	(5)
1. ADIÇÕES	55.313	38.411	44
(+) Contribuições Previdenciais	8.980	9.954	(10)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	43.894	26.198	68
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	214	180	19
(+) Receitas Administrativas	2.225	2.076	7
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	-	3	(100)
2. DESTINAÇÕES	(45.513)	(58.618)	(22)
(-) Benefícios	(43.312)	(56.539)	(23)
(-) Despesas Administrativas	(2.092)	(2.050)	2
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(109)	(29)	276
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)	9.800	(20.207)	(148)
(+/-) Provisões Matemáticas	9.877	(20.000)	(149)
(+/-) (Déficit) Técnico do Exercício	11	(355)	(103)
(+/-) Fundos Previdenciais	(112)	148	(176)
(+/-) Fundos Administrativos	24	-	100
B) PATRIMÔNIO SOCIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	372.708	362.908	3

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO UNISYS BRASIL (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	362.757	382.986	(5)
1. ADIÇÕES	53.465	36.488	47
(+) Contribuições	9.377	10.120	(7)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	43.874	26.188	68
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	214	180	19
2. DESTINAÇÕES	(43.722)	(56.717)	(23)
(-) Benefícios	(43.312)	(56.539)	(23)
(-) Custeio Administrativo	(410)	(178)	130
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	9.743	(20.229)	(148)
(+/-) Provisões Matemáticas	9.849	(20.019)	(149)
(+/-) Fundos Previdenciais	(117)	145	(181)
(+/-) (Déficit) Técnico do Exercício	11	(355)	(103)
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	372.500	362.757	3
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	24	-	100
(+/-) Fundos Administrativos	24	-	100

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO UNISYS TECNOLOGIA (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	151	129	17
1. ADIÇÕES	33	22	50
(+) Contribuições	13	12	8
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	20	10	100
2. DESTINAÇÕES	-	-	-
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	33	22	50
(+/-) Provisões Matemáticas	28	19	47
(+/-) Fundos Previdenciais	5	3	67
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	184	151	22
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	-	-	-

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO UNISYS BRASIL (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
1. ATIVOS	373.151	363.458	3
Disponível	64	115	(44)
Recebível	2.857	2.218	29
Investimentos	370.230	361.125	3
Fundos de Investimento	369.031	359.860	3
Empréstimos e Financiamentos	1.143	1.216	(6)
Depósitos Judiciais / Recursais	56	49	14
2. OBRIGAÇÕES	627	701	(11)
Operacional	571	652	(12)
Contingencial	56	49	14
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	24	-	100
Fundos Administrativos	24	-	100
4. ATIVO LÍQUIDO (1 - 2 - 3)	372.500	362.757	3
Provisões Matemáticas	371.968	362.119	3
(Déficit) Técnico Acumulado	(681)	(692)	(2)
Fundos Previdenciais	1.213	1.330	(9)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO UNISYS TECNOLOGIA (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
1. ATIVOS	184	151	22
Recebível	1	1	-
Investimentos	183	150	22
Fundos de Investimento	171	150	14
Empréstimos e Financiamentos	12	-	100
2. OBRIGAÇÕES	-	-	-
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	-	-	-
4. ATIVO LÍQUIDO (1 - 2 - 3)	184	151	22
Provisões Matemáticas	141	113	25
Fundos Previdenciais	43	38	13

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	2.225	2.079	7
1.1. RECEITAS	2.225	2.079	7
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	410	178	130
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.798	1.870	(4)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	17	21	(19)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	-	3	(100)
Outras Receitas	-	7	(100)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.092)	(2.050)	2
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(1.879)	(1.857)	1
Pessoal e Encargos	(1.096)	(979)	12
Treinamentos/Congressos e Seminários	-	(3)	(100)
Serviços de Terceiros	(704)	(718)	(2)
Despesas Gerais	(43)	(58)	(26)
Tributos	(36)	(99)	(64)
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(213)	(193)	10
Serviços de Terceiros	(213)	(193)	10
3. Constituição de Contingências Administrativas	(109)	(29)	276
4. Sobra da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	24	-	100
5. Constituição do Fundo Administrativo (4)	24	-	100
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 5)	24	-	100

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PLANO UNISYS BRASIL (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	2.225	2.079	7
1.1. RECEITAS	2.225	2.079	7
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	410	178	130
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.798	1.870	(4)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	17	21	(19)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	-	3	(100)
Outras Receitas	-	7	(100)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.092)	(2.050)	2
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(1.879)	(1.857)	1
2.1.1. DESPESAS COMUNS	(1.843)	(1.745)	6
2.1.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(36)	(112)	(68)
Serviços de Terceiros	-	(13)	(100)
Tributos	(36)	(99)	(64)
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(213)	(193)	10
2.2.1. DESPESAS COMUNS	(213)	(193)	10
3. Constituição de Contingências Administrativas	(109)	(29)	276
4. Sobre da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	24	-	100
5. Constituição do Fundo Administrativo (4)	24	-	100
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 5)	24	-	100

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO UNISYS BRASIL (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	373.127	363.458	3
1. Provisões Matemáticas	371.968	362.119	3
1.1 Benefícios Concedidos	71.300	60.311	18
Contribuição Definida	56.601	46.213	22
Benefício Definido	14.699	14.098	4
1.2 Benefícios a Conceder	300.668	301.808	-
Contribuição Definida	300.668	301.808	-
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores/Instituidores	155.438	156.384	(1)
Saldo de Contas - Parcela Participantes	145.230	145.424	-
2. Equilíbrio Técnico	(681)	(692)	(2)
2.1 Resultados Realizados	(681)	(692)	(2)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(681)	(692)	(2)
3. Fundos	1.213	1.330	(9)
3.1 Fundos Previdenciais	1.213	1.330	(9)
4. Exigível Operacional	571	652	(12)
4.1 Gestão Previdencial	570	648	(12)
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	1	4	(75)
5. Exigível Contingencial	56	49	14
5.1 Investimentos - Gestão Previdencial	56	49	14

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO UNISYS TECNOLOGIA (em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2)	184	151	22
1. Provisões Matemáticas	141	113	25
1.1 Benefícios a Conceder	141	113	25
Contribuição Definida	141	113	25
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores/Instituidores	77	62	24
Saldo de Contas - Parcela Participantes	64	51	25
2. Fundos	43	38	13
2.1 Fundos Previdenciais	43	38	13

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (em R\$ mil)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A UNISYS - PREVI ENTIDADE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (“UNISYS - PREVI”), é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, constituída em 11 de dezembro de 1986 e autorizada a funcionar pelo Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS em 01 de julho de 1987, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira de caráter não econômico e sem fins lucrativos, em conformidade com as normas emanadas pelo Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPCC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Os recursos atualmente administrados pela UNISYS - PREVI são oriundos de contribuições de patrocinadoras, participantes e rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e seguindo como pilar as determinações da política de investimentos de cada Plano de Benefícios.

A Entidade tem por finalidade, através dos planos de benefícios abaixo, assegurar aos funcionários, diretores e membros do Conselho de Administração da Unisys Brasil Ltda. e Unisys Tecnologia Ltda. e de suas pessoas jurídicas vinculadas (patrocinadoras) complementação de proventos de aposentadoria e outros benefícios de natureza previdenciária, de acordo com o correspondente plano.

Plano de Benefícios	Sigla	CNPB	Modalidade ⁽¹⁾	Patrocinador(as)
Unisys Brasil	Brasil	1986.0005-83	CV	UNISYS BRASIL
				UNISYS PREVI
Unisys Tecnologia	Tecnologia	1997.0034-65	CD	UNISYS TECNOLOGIA

(1) Seguem explicações sobre os tipos de modalidade dos planos de benefícios: Planos de Benefício Definido (BD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, sendo seu custo determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção. Planos de Contribuição Definida (CD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo da conta, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Planos de Contribuição Variável (CV) são aqueles cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de CD e BD.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 31 de dezembro apresenta a seguinte posição:

Plano	Ativos ⁽¹⁾		Assistidos ⁽²⁾		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
	Particip.	Particip.	Particip.	Particip.	Particip.	Particip.
Unisys Brasil	817	907	54	49	871	956
Unisys Tecnologia	1	1	-	-	1	1
Total	818	908	54	49	872	957

(1) Incluem autopatrocinados e BPD. Houve redução dos participantes, pois os mesmos optaram pelo resgate.

(2) Incluem pensionistas.

O encerramento das atividades das filiais da patrocinadora Unisys Brasil nas cidades de Belém, Aracaju, Salvador, Recife, Vitória, Florianópolis, Porto Alegre e Londrina acarretou na redução da quantidade de participantes do Plano Unisys Brasil, que em suma fizeram resgate dos valores aplicados.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Unisys – Previ e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009; Resolução CFC nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e alterações posteriores a essas normas.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, comum a ambas, segundo a natureza e a finalidade das transações.

- **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;
- **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;
- **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração em 20 de março de 2016.

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis estão resumidas como segue:

a) Consolidação

As eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizadas de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis de eliminações, entre outras, são "Superávit Técnico", "Déficit Técnico", "Participação no Plano de Gestão Administrativa" e "Participação no Fundo Administrativo PGA" (Nota 12).

b) Ativo Realizável

- **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores, participantes e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, bem como depósitos judiciais/recursais realizados relativos as contingências da Gestão Previdencial.
- **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos.
- **Investimentos** – As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA e os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Títulos Públicos, Créditos Privados, Ações, Fundos de Investimento

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço, sendo classificados na seguinte categoria:

Títulos para negociação – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício;

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

II. Empréstimos

São operações com participantes devidamente autorizadas, conforme previsto na Política de Investimentos e Regulamento dos Empréstimos, seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária. O sistema de controles internos dessas operações permitem identificar os tomadores e os saldos atualizados individualmente.

A atualização monetária é feita com base na rentabilidade média apurada no mês anterior nos investimentos, referentes às aplicações de renda fixa.

III. Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) – INSTRUÇÃO SPC Nº 34, DE 24 DE SETEMBRO DE 2009 ANEXO A

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendos, adotando-se os seguintes percentuais (Nota 6c):

- 25% para atrasos entre 61 e 120 dias;
- 50% para atrasos entre 121 e 240 dias;
- 75% para atrasos entre 241 e 360 dias e
- 100% para atrasos superiores a 360 dias.

c) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

d) Exigível Contingencial

Decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Para as provisões de passivos contingentes a Entidade utiliza as definições do Pronunciamento Técnico CPC 25, conforme definições a seguir:

- **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados; e
- **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

e) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As despesas administrativas específicas de cada plano de benefícios serão alocadas exclusiva e integralmente no plano a que se referirem, não cabendo rateio entre os demais planos de benefícios por meio de critério de rateio, o qual é detalhado no orçamento anual ou definido pela Diretoria Executiva da Entidade.

f) Patrimônio Social

O Patrimônio Social consiste do acúmulo de recursos oriundos de seus participantes e patrocinadoras, e que tem como objetivo garantir o benefício futuro dos participantes vinculados aos Plano e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

g) Estimativas Atuariais e Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ao determinar estas estimativas levam-se em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas e premissas são:

- **Ajustes a valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação:** conforme informação de precificação disponibilizada através do agente custodiante.
- **Contingências:** as probabilidades de êxito e valores econômicos são informadas pelos assessores legais.
- **Provisões matemáticas:** calculadas atuarialmente pela Mercer Human Resource Consulting, consultoria responsável pelos Planos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

h) Impostos

I. Imposto de Renda

- Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.
- Em 5 de abril de 2013 foi sancionada a IN nº 1.343, que determina que as EFPC estão desobrigadas de reter o IRRF sobre os pagamentos a título de complementação de aposentadoria, resgates e rateio de patrimônio, correspondente às contribuições efetuadas exclusivamente pelo beneficiário, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

- Em 21 de dezembro de 2005 foi sancionada a Instrução Normativa nº 588 que determina que as EFPC estejam isentas do imposto de renda devido pela pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido.

II. PIS e COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

A partir do 1º semestre de 2006, a entidade passou a depositar judicialmente os referidos tributos, conforme mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal face ao processo nº 2006.51.01.004270-2.

Tendo em vista os impactos da Lei nº 12.973/2014 no que diz respeito à tese jurídica de PIS e COFINS, que é objeto de questionamento no Mandato de Segurança impetrado pela entidade, cessou-se o procedimento de depósito judicial das contribuições e efetuou-se o recolhimento na competência de Janeiro a Julho/2015.

A partir do período Agosto/2015 a entidade passou a depositar judicialmente os referidos tributos, conforme mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal face ao processo nº 009541868.2015.4025101 (Nota 5b).

i) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

4 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e de Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

A partir de 1º de fevereiro de 2010, as fontes de custeio administrativo passaram ter origem nas seguintes fontes:

- **Taxa de Administração:** dos empréstimos aos participantes do plano;
- **Investimentos:** rentabilidade à razão de 0,5% a.a sobre o exigível atuarial;
- **Fundo Administrativo:** utilizado formado com o saldo remanescente dos itens acima;
- **Fundo Previdencial:** utilizado no caso de insuficiência dos recursos acima mencionados na cobertura das despesas mensais.

5 ATIVO REALIZÁVEL

a) Gestão Previdencial

Plano	2016			2015
	Contrib. a Receber ⁽¹⁾	Dep. Jud.- Estras Cíveis /Tributários ⁽²⁾	Total	
Unisys Brasil	1.081	1.752	2.833	2.218
Unisys Tecnologia	1	-	1	1
Total	1.082	1.752	2.834	2.219

(1) Refere-se as contribuições à receber no mês subsequente;

(2) Refere-se substancialmente ao processo fiscal de número 2007.51.01.502189-4 movido pela Fazenda Nacional exigindo-lhe a quantia de R\$1.266 (valor original), instruída por quatro Certidões de Dívida Ativa (CDA) referente a supostos débitos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS). Em 2014 ocorreu o cancelamento parcial e definitivo da CDA 70 2 000117-17 no valor de R\$ 553. Em face desta Execução Fiscal, a entidade solicitou o embargo número 2007.51.01.514366-5, retratando a possível perda segundo a avaliação jurídica.

b) Gestão Administrativa

Plano	2016			2015
	Provisão de Folha Adm.	Depósitos Judiciais - PIS/COFINS ⁽¹⁾	Total	
Unisys Brasil	62	1.210	1.272	1.092
Total	62	1.210	1.272	1.092

(1) Refere-se a depósito judicial conforme processo nº 0004270-88.2006.4.02.5101 referente a cobrança de Pis e Cofins (observar Nota Explicativa nº 8 - Exigível (Contingencial), mediante solicitação de penhora judicial processo nº 010.51.01.514030-4 tratando-se de cobrança judicial de multa de mora supostamente devida sobre a obrigação principal de IRPJ referente a Jan/2003, Jan/2000, Jun/2000 e Jul/2000 através da CDA nº 70.2.10.000471-80. Cancelada definitivamente a CDA nº 70.2.10.000472-61.

6 INVESTIMENTOS

a) Composição dos Investimentos

A Administração, através da Política de Investimentos, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários. A Entidade mantém contrato com o Itaú Unibanco S.A., pessoa jurídica credenciada na Comissão de Valores Mobiliários, para atuar como agente custodiante e como responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos, das operações.

Plano	2016			2015
	Fundos de Investimentos	Empréstimos	Depósitos Judiciais - PIS/COFINS ⁽¹⁾	
Unisys Brasil	369.228	1.143	56	370.427
Unisys Tecnologia	171	12	-	183
Total	369.399	1.155	56	370.610

(1) Refere-se ao processo nº 2006.51.01.515804-4 relativo à cobrança de multa de mora aplicada em compensação de débito PIS, por meio de denúncia espontânea.

Os investimentos são segregados pela proporção do patrimônio social de cada plano.

b) Fundos de Investimentos

São compostos por investimento nos seguintes fundos:

- Fundos de investimentos exclusivo FIC de FIM Uniprev, que é um fundo multimercado e, por conseguinte, mantém em sua carteira investimentos em títulos de renda fixa e renda variável.

Destina-se a manter, no mínimo, 95% do seu patrimônio investido em cotas de fundos de investimentos nas modalidades regulamentadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) administrados por instituições devidamente autorizadas, de acordo com a regulamentação em vigor, que tenham por objetivo proporcionar a seus investidores uma alternativa de investimento em títulos de renda fixa e variável e em derivativos.

- Fundos de investimento exclusivo FIC de FIM Uniprev, que investe nos seguintes fundos de investimentos exclusivos: FIM Uniprev I, FIM Uniprev III e FIM Uniprev IV. Esses fundos destinam-se a manter aplicações em títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito dos mercados financeiros e de capitais. Tendo por objetivo proporcionar a seus investidores uma alternativa de investimentos em títulos de renda fixa, através da aplicação de no mínimo 70% de seus recursos em ativos de renda fixa autorizadas pela legislação vigente, visando acompanhar direta ou indiretamente. Substancialmente a variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI + 1%) e, adicionalmente, no máximo 30% de seus recursos em determinados ativos de renda variável autorizados pela legislação vigente, visando acompanhar direta ou indiretamente a variação do Índice Brasil (IbRX).

Apresentamos a seguir a composição consolidada dos investimentos dos fundos FIM Uniprev I, FIM Uniprev III e FIM Uniprev IV:

Composição Consolidada dos Fundos	2016	2015
	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Tipo de classificação dos títulos		
Fundos de investimento multimercado		
Títulos Públicos		
Títulos Públicos Federais	150.716	177.334
Letras Financeiras do Tesouro	8.540,5	97.016
Letras do Tesouro Nacional	14.885	6.915
Letras do Tesouro Nacional - over	1.230	56.284
Nota do Tesouro Nacional - over	35.562	12.068
Nota do Tesouro Nacional - Série B	13.634	2.073
Nota do Tesouro Nacional - Série F	-	2.978
Créditos Privados e Depósitos	68.315	95.346
Operação compromissada	-	2.300
CDB	-	141
Letra Financeira (privado) ⁽¹⁾	48.713	72.048
Debêntures ⁽²⁾	19.602	20.857
Ações	1.147	28.398
Cotas de Fundos de investimento ⁽³⁾	149.280	34.237
Outros	(59)	24.825
Total	369.399	360.140

(1) Emissores: BRADESCO, SANTANDER, GMAC, DAYCOVAL, ITAÚ, VOTORANTIM, ABC, BBAS, RCI BRAS.

(2) Emissores: VALE, COELGE, SULA, SABESP, VIAOSTE, CEMAR, CBEE, LREN, BRPR, AUTOBAN, TAEF, DASA, ESTC, VIAN CVIA, LOCALIZA, ENGI, FLRY, TRIA, CTAX, CEMING GT, UNIDAS e NATU.

(3) Investimentos em diversos fundos, principalmente em fundos multimercado, geridos e administrados por diferentes instituições financeiras.

Segue abaixo a composição do fundo de investimento nos Planos e PGA:

Plano	Fundos de Investimentos	
	2016	2015
Unisys Brasil	369.031	359.860
Unisys Tecnologia	171	150
PGA	197	130
Total	369.399	360.140

c) Empréstimo

Estão representadas por empréstimos a participantes, limitados a dois salários-base de contribuição e ao saldo do participante no plano, com prazo máximo de pagamento de 24 parcelas mensais. O pagamento é feito por desconto em folha de pagamento. No caso de desligamento do funcionário da patrocinadora, o saldo devedor é descontado nos cálculos rescisórios. A atualização monetária é feita com base na rentabilidade média apurada no mês anterior nos investimentos referentes às aplicações de renda fixa.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a carteira de empréstimo é assim demonstrada:

DESCRIÇÃO	Saldo Devedor (PCLD)	2016	2015
Unisys Brasil	1.143	1.143	1.216
Unisys Tecnologia	12	12	-
TOTAL	1.155	1.155	1.216

7 EXIGÍVEL OPERACIONAL

a) Gestão Previdencial

Plano	2016		2015
	Encargos sobre Benefícios		
Unisys Brasil	570		648
Total	570		648

b) Gestão Administrativa

Plano	2016				2015
	Despesas a pagar ⁽¹⁾	Retenções a Recolher	Tributos a Recolher	Total	
Unisys Brasil	159	60	16	235	160
Total	159	60	16	235	160

(1) Refere-se basicamente a obrigações com serviços de terceiros; provisões sobre folha administrativa.

c) Investimentos

Plano	2016		2015
	IOF sobre Empréstimos	Total	
Unisys Brasil	1	1	4
Total	1	1	4

As provisões matemáticas apresentam a seguinte divisão:

- I. **Provisões de benefícios concedidos** – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).
- II. **Provisões de benefícios a conceder** – Correspondem a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, quando aplicável.

b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas de 2016 consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

Hipóteses atuariais	2016	2015
Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	4,5%	4%
Projeção de crescimento real de salário ⁽¹⁾	n/a	n/a
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	n/a	n/a
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0%	0%
Fator de capacidade para os salários	n/a	n/a
Fator de capacidade para os benefícios	0,98	0,98
Hipótese sobre rotatividade	n/a	n/a
Tábua de mortalidade geral ⁽²⁾	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	n/a	n/a
Tábua de entrada em invalidez	n/a	n/a
Outras hipóteses biométricas utilizadas	n/a	n/a

(1) O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas

(2) Tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo

8 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

a) Gestão Administrativa

Plano	Processos de Ações Tributárias		
	2015	Atualização	2016
Unisys Brasil	1.062	148	1.210
Total	1.062	148	1.210

Trata-se de obrigação legal, referente ao Mandado de Segurança comedido de liminar visando a garantia do direito líquido e certo de não se submeter à cobrança do PIS e da COFINS nos termos da Lei 9.718/98, relativo ao processo de número 0004270-88.2006.4.02.5101 (numeração anterior: 2006.51.01.004270-2), depositado judicialmente (Nota 5b).

b) Gestão dos Investimentos

Plano	Processos de Ações Tributárias		
	2015	Atualização	2016
Unisys Brasil	49	7	56
Total	49	7	56

Refere-se ao processo nº 2006.51.01.515804-4 relativo à cobrança de multa de mora aplicada em compensação de débito de PIS, por meio de denúncia espontânea (nota 6a).

c) Evolução

Descrição	Saldo em 31/12/2015	Constituição/ (Reversão) Líquida	Saldo em 31/12/2016
Benefícios Concedidos ⁽¹⁾	60.311	10.989	71.300
Unisys Brasil	60.311	10.989	71.300
Benefícios a Conceder ⁽²⁾	301.921	(1.112)	300.809
Unisys Brasil	301.808	(1.140)	300.668
Unisys Tecnologia	113	28	141
Total	362.232	9.877	372.109

(1) Provisões de benefícios concedidos: correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes ou beneficiários que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadoria e pensões).

(2) Provisões de benefícios a conceder: correspondem à diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras.

9 PROVISÕES MATEMÁTICAS

- a) As provisões matemáticas foram calculadas pela Mercer Human Resource Consulting por atuários Rodrigo Salgado Cardoso M.I.B.A nº 1.317 e Daphinie Campos Martins M.I.B.A nº 2.541, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas atuariais pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requerido, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

10 EQUILÍBRIO TÉCNICO

a) Apuração do Resultado do Exercício

Representa os resultados acumulados obtidos pelos planos de benefícios e registrados na conta de resultados realizados. A composição da conta resultados realizados, em 31 de dezembro, e a respectiva movimentação no exercício foi a seguinte:

Plano	2015	Superávit do Exercício	2016
Unisys Brasil	(692)	11	(681)
Total	(692)	11	(681)

b) Equilíbrio Técnico Ajustado

A partir do exercício de 2015, a Entidade passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para o equacionamento de déficit técnico do plano de benefício.

A Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duração do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$. Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$.

Conforme demonstrado a seguir, no exercício de 2016 a entidade apresentou deficitária. De acordo com a Resolução CNPC nº 22/2015 o déficit acumulado não ultrapassa o limite estabelecido, não sendo necessário o plano de equacionamento para 31/12/2016.

Descrição	2016	2015
Saldo de Provisões Matemáticas (a) ⁽¹⁾	14.699	14.098
Cálculo do limite do Déficit Técnico Acumulado		
Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (b)	5,98	2,80
Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer (a * b)	(879)	(395)
Equilíbrio Técnico Ajustado		
a) Equilíbrio Técnico Contábil	(681)	(692)
b) (+/-) Ajuste de Precificação ⁽²⁾	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (= a + b)	(681)	(692)
Índice de Solvência (c / a * 100)	4,63	4,91

(1) Provisões Matemáticas da parcela relativa a modalidade benefício definido.

(2) Corresponde a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa real de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

11 FUNDOS

- a) **Fundos Previdenciais** – Constituído com as contribuições das patrocinadoras, às quais os participantes não tiveram direito por terem se desligado das patrocinadoras antes de se tornarem elegíveis aos benefícios dos planos. Este fundo poderá ser utilizado pelas patrocinadoras, para financiar contribuições normais, extraordinárias e administrativas devidas no exercício de 2016, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, conforme determinado no item 6.5 dos Regulamentos dos Planos.
- b) **Fundos Administrativos** – Constituído com base no excedente superavitário verificado na apuração do resultado da Gestão Administrativa Previdencial, com finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura das despesas administrativas.

Descrição	2015	Remuneração	Constituição	(Reversão)	2016
Fundos Previdenciais	1.368	170	110	(392)	1.256
Unisys Brasil	1.330	165	110	(392)	1.213
Unisys Tecnologia	38	5	-	-	43
Fundos Administrativos	-	-	410	(386)	24
Unisys Brasil	-	-	410	(386)	24
Total	1.368	170	520	(778)	1.280

12 COMPOSIÇÃO DAS ELIMINAÇÕES NA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição	2016	2015
Participação no Plano de Gestão Administrativa	24	-
Unisys Brasil	24	-
Participação no Fundo Administrativo PGA	24	-
Unisys Brasil	24	-

13 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Abaixo demonstramos os custos com a remuneração total atribuída a folha de funcionários da entidade:

Descrição	Unisys Brasil	
	2016	2015
Pessoal e Encargos	1.096	979
Dirigentes	711	635
Pessoal Próprio	385	344

14 RISCO DE MERCADO E SEU GERENCIAMENTO

O controle de risco de mercado é realizado por cada Gestor de Investimento separadamente, como se os portfólios fossem independentes. O risco é medido pelo "Value at Risk" (VaR) através do modelo paramétrico, com a volatilidade sendo medida pela variância, intervalo de confiança de 95%, distribuição normal e uma amostra baseada em um período de 252 dias úteis. Como acompanhamento da política de risco, devem ser elaborados relatórios mensais de risco de mercado, para os segmentos de renda fixa e de renda variável e também para a carteira consolidada da UNISYS-PREVI.

Através de um estudo histórico de volatilidades, baseado na tolerância ao risco da UNISYS-PREVI, juntamente com simulações históricas de cenários, foram determinados limites máximos de risco, que estão apresentados no item 4 da Parte II da Política de Investimentos de 2015. Importante notar que o limite estipulado é um VaR absoluto que determina o patamar de avaliação em momentos de crise, expondo a necessidade ou não de reavaliação das estratégias.

No caso do limite de VaR ser ultrapassado em qualquer um dos fundos, ficam proibidos aumentos de exposições a risco, e a Diretoria Executiva da UNISYS-PREVI deverá ser informada imediatamente pelo gestor juntamente com uma recomendação fundamentada quanto a redução ou manutenção da mesma. Caberá a Diretoria Executiva da UNISYS-PREVI aceitar ou vetar tal recomendação.

O gestor também deverá realizar a análise de Stress através de simulações com a construção de diferentes cenários e modelos (otimista, moderado e pessimista) de forma a agregar as possíveis consequências na alocação dos resultados. Estas simulações devem englobar situações extremas e as expectativas do mercado de forma a projetar e quantificar a sensibilidade dos seus resultados, bem como o impacto no valor de mercado de sua carteira e as perdas (ou ganhos) a que está sujeita caso os cenários ocorram. O resultado das simulações desses cenários de stress na carteira em questão poderá ser apresentado nas reuniões trimestrais, caso solicitado pela UNISYS-PREVI.

A UNISYS-PREVI monitora, gerencia e controla o risco por meio do cálculo do VaR, modelo que limita a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos. Assim, conforme permitido pelo Art. 13 da Resolução do CMN nº 4.275/2013, tal modelo é usado em substituição ao cálculo da divergência não planejada.

A entidade efetuou estudo para aderência da taxa de juros e considera as orientações e procedimentos indicados pela legislação vigente, e atende às exigências de adequação formuladas pela Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução Previc nº 23/2015. Baseado nesta análise, foi concluído pelo consultor de investimentos que ao considerar a alocação do exercício de 2016 do plano e os limites contidos na Política de Investimentos, entende-se:

Uma taxa de desconto real de 4,5% a.a. é adequada e aderente para a avaliação atuarial dos compromissos do plano de benefícios, considerando que o plano mantém uma alocação similar à alocação atual no longo prazo. Após análise e estudo técnico feito por Consultoria tecnicamente qualificada, foi comprovada a aderência e adequação da taxa real de juros do plano de benefícios da Entidade.

Alexandre Rangel Chaves
Diretor Superintendente
CPF: 509.XXX.XXX-XX

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.XXX.XXX-XX

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras da Unisys - Previ Entidade de Previdência Complementar
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Unisys - Previ Entidade de Previdência Complementar ("Entidade" ou "Unisys - Previ"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Unisys - Previ, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social consolidada e do plano de gestão administrativa consolidada e individual por plano de benefício, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem as demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada e individual por plano de benefício, e as demonstrações individuais por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração pelas as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade e ou os planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade e ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e os planos de benefícios a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

PARECER ATUARIAL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS UNISYS BRASIL LTDA. E UNISYS TECNOLOGIA LTDA. DE 31/12/2016

1 Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial dos Planos de Benefícios Unisys Brasil Ltda. e Unisys Tecnologia Ltda., administrados pela Unisys-Previ - Entidade de Previdência Complementar, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial dos citados Planos referente às Patrocinadoras Unisys Brasil Ltda. e Unisys Tecnologia Ltda., em 31/12/2016.

2 Perfil dos Participantes

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 31/12/2016.

Qualidade da Base Cadastral

Os dados individuais foram fornecidos pela Unisys-Previ à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a Entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Unisys-Previ a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Participantes Ativos

Descrição	Unisys Brasil	Unisys Tecnologia	Total
Número	653	1	654
Sexo Masculino	529	1	124
Sexo Feminino	124	-	11,00
Idade Média (anos)	39,54	55,67	39,57
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	9,22	9,98	9,22
Tempo Médio de Contribuição (anos)	9,22	9,98	9,22
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	15,74	-	15,72
Salário Mensal Médio (R\$)	11.239,08	11.942,87	11.240,16
Folha Anual de Salários (R\$)	88.069.426,32	143.314,44	88.212.740,76

Participantes Autopatrocinados

Descrição	Unisys Brasil	Unisys Tecnologia	Total
Número	45	-	45
Idade Média (anos)	45,36	-	45,36
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	16,38	-	16,38
Tempo Médio de Contribuição (anos)	16,38	-	16,38
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	9,96	-	9,96
Salário Mensal Médio (R\$)	11.697,26	-	11.697,26
Folha Anual de Salários (R\$)	6.316.521,96	-	6.316.521,96

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Descrição	Unisys Brasil	Unisys Tecnologia	Total
Número	119	-	119
Idade Média (anos)	49,62	-	49,62
Benefício Mensal Médio (R\$) ⁽¹⁾	-	-	-

(1) O benefício só será calculado quando do início de seu pagamento.

Participantes Assistidos e Beneficiários

Descrição	Unisys Brasil	Unisys Tecnologia	Total
Aposentados			
Número	52	-	52
Idade Média (anos)	64,47	-	64,47
Benefício Mensal Médio em R\$	11.154,54	-	11.154,54
Aposentados Normal			
Número	22	-	22
Idade Média (anos)	63,27	-	63,27
Benefício Mensal Médio em R\$	8.394,01	-	8.394,01
Aposentados Antecipada			
Número	12	-	12
Idade Média (anos)	71,86	-	71,86
Benefício Mensal Médio em R\$	11.633,83	-	11.633,83
Aposentadoria Proporcional Diferida			
Número	18	-	18
Idade Média (anos)	61,00	-	61,00
Benefício Mensal Médio em R\$	14.209,00	-	14.209,00
Beneficiários			
Número	2	-	2
Idade Média (anos)	78,17	-	78,17
Benefício Mensal Médio em R\$	6.506,97	-	6.506,97
Total			
Número	54	-	54
Idade Média (anos)	65,04	-	65,04
Benefício Mensal Médio em R\$	10.982,41	-	10.982,41

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/12/2016.

3 Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo a longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e, também, as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	4,5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ⁽¹⁾	Não Aplicável
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	Não Aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0% a.a.
Fator de capacidade para os salários	Não Aplicável
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade	Não Aplicável
Tábua de mortalidade geral ⁽²⁾	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	Não Aplicável
Tábua de entrada em invalidez	Não Aplicável
Outras hipóteses biométricas utilizadas	Não Aplicável

(1) O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

(2) Tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo.

Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura e na sobrevivência. No entanto, todas as hipóteses atuariais adotadas afetam os valores das Provisões Matemáticas, já que se trata de um plano estruturado na modalidade de benefício definido para os aposentados que recebem renda mensal vitalícia.

Ressaltamos que essa parcela é pequena no patrimônio do Plano, com a entrada de novos benefícios definidos restritos aos participantes que estavam elegíveis na alteração do regulamento que fechou a possibilidade de novos participantes solicitarem esse tipo de renda.

Para os demais participantes não há risco, por se tratar de plano do tipo contribuição definida.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuariais foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pela Patrocinadora e por estudos específicos realizados em 31/12/2014, que tomaram como base a população existente nos Planos administrados pela Unisys-Previ - Entidade de Previdência Complementar e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na Unisys-Previ - Entidade de Previdência Complementar.

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas e nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2015, para os Planos de Benefícios Unisys Brasil Ltda. e Unisys Tecnologia Ltda.

Taxa de Juros

A taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, empresa contratada pela Entidade para elaboração dos estudos de ALM, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial dos Planos de Benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 5,76%, já considerados os limites legais para o encerramento deste exercício.

Como os Planos de Benefícios são estruturados na modalidade de contribuição definida, e somente um grupo pequeno de assistidos ainda tem direito ao benefício definido, não há necessidade de utilização de definição de taxa real anual de juros para grande maioria do grupo, pois não existe qualquer garantia de rentabilidade para os participantes ativos.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi a "Capitalização Individual" para a avaliação de todos os benefícios dos Planos. Salientamos que, após a concessão, os benefícios pagos sob a forma de renda vitalícia são avaliados pelo "Método Agregado".

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e os Regulamentos dos Planos de Benefícios.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4 Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Unisys-Previ, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2016, em reais, é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais e Administrativos fornecidos pela Unisys-Previ posicionados em 31/12/2016.

Conta	Nome	Unisys Brasil	Unisys Tecnologia	Total
2.3.0.0.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	372.524.147,16	183.926,97	372.708.074,13
2.3.1.0.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	371.287.402,86	140.593,27	371.427.996,13
2.3.1.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	371.968.638,35	140.593,27	372.109.231,62
2.3.1.1.01.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	71.299.705,94	0,00	71.299.705,94
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	56.600.674,94	0,00	56.600.674,94
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	56.600.674,94	0,00	56.600.674,94
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	14.699.031,00	0,00	14.699.031,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	14.046.303,00	0,00	14.046.303,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	652.728,00	0,00	652.728,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	300.668.932,41	140.593,27	300.809.525,68
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	300.668.932,41	140.593,27	300.809.525,68
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	155.438.321,63	76.687,19	155.515.008,82
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	145.230.610,78	63.906,08	145.294.516,86
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00	0,00	0,00

2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	0,00	0,00	0,00
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	0,00	0,00	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(681.235,49)	0,00	(681.235,49)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(681.235,49)	0,00	(681.235,49)
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	0,00	0,00	0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00	0,00	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	681.235,49	0,00	681.235,49
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	0,00	0,00	0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	1.236.744,30	43.333,70	1.280.078,00
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	1.212.636,22	43.333,70	1.255.969,92
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	1.212.636,22	43.333,70	1.255.969,92
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	0,00	0,00	0,00
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	24.108,08	0,00	24.108,08
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se os Regulamentos dos Planos de Benefícios vigentes em 31/12/2016, Planos estes que se encontram em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação nos resultados dos Planos de Benefícios Unisys Brasil e Unisys Tecnologia no exercício de 2016.

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social dos Planos de Benefícios ora avaliados, tendo se baseado na informação fornecida pela Unisys-Previ.

Em relação à estruturação das provisões, observamos ainda o que se segue:

- No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

Variação nas Provisões Matemáticas

Não houve variação significativa na Provisão Matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2015, quando comparada com a Provisão Matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

Variação do Resultado

A situação deficitária do Plano foi mantida em relação ao exercício anterior porém, em patamar inferior em função da rentabilidade favorável no exercício de 2016.

Natureza do Resultado

Na avaliação atuarial de 31/12/2016 foi apurado déficit no valor de R\$ 681.235,49. A parcela do déficit, dentro do limite estabelecido pelo Artigo 28º da Resolução CGPC nº 26/2008, calculado pela seguinte fórmula: $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4)$ x Provisão Matemática, será mantida na conta de Déficit Técnico Acumulado.

Esclarecemos que a duração do passivo considerada no cálculo do limite descrito acima foi de 9,98 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2016.

Constituição e Reversão de Fundos Previdenciais

Esclarecemos que, de acordo com o item 6.5 dos Regulamentos dos Planos de Benefícios, o Fundo Previdencial - Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar foi constituído com as contribuições das Patrocinadoras, às quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado das Patrocinadoras antes de se tornarem elegíveis aos benefícios dos Planos. Este fundo poderá ser utilizado pelas Patrocinadoras para financiar contribuições normais, extraordinárias e administrativas devidas no exercício de 2016, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, conforme determinado no item 6.5 dos Regulamentos dos Planos.

5 Plano de Custeio para o Exercício de 2016

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para os Planos de Benefícios com base nos seguintes níveis:

Patrocinadoras

As Patrocinadoras deverão efetuar contribuições na forma prevista no item 7.2 dos Regulamentos dos Planos. Estas contribuições se encontram distribuídas da seguinte forma:

Unisys Brasil Ltda.

Descrição	Contribuição em % da folha de Salário de Contribuição	Contribuição em R\$ de 31/12/2016
Contribuição Normal	7,42%	544.858,25
Contribuição Suplementar	0,11%	8.315,40
Total	7,53%	553.173,65

Unisys Tecnologia Ltda.

Descrição	Contribuição em % da folha de Salário de Contribuição	Contribuição em R\$ de 31/12/2016
Contribuição Normal	4,80%	573,25
Contribuição Suplementar	-	-
Total	4,80%	573,25

As contribuições totais mensais das Patrocinadoras equivalem à taxa média estimada em: 7,53% para a Unisys Brasil Ltda. e 4,80% para a Unisys Tecnologia Ltda. da folha de salário de participação, ou R\$ 553.173,65 e R\$ 573,25, respectivamente, em moeda de 31/12/2016, tendo como base a contribuição efetivamente praticada na data da avaliação.

As despesas administrativas da Entidade, para com a totalidade de seus Planos de Benefícios, foram estimadas pela Unisys-Previ - Entidade de Previdência Complementar em R\$ 2.523.185,00 para o exercício de 2017.

Participantes Ativos

Os Participantes Ativos deverão efetuar contribuições na forma prevista no item 7.1 dos Regulamentos dos Planos. Estas contribuições se encontram distribuídas da seguinte forma:

Unisys Brasil Ltda.

Descrição	Contribuição em % da folha de Salário de Contribuição	Contribuição em R\$ de 31/12/2016
Contribuição Básica	7,20%	528.527,52
Contribuição Especial	0,17%	12.591,03
Total	7,37%	541.118,55

Unisys Tecnologia Ltda.

Descrição	Contribuição em % da folha de Salário de Contribuição	Contribuição em R\$ de 31/12/2016
Contribuição Básica	4,00%	477,71
Contribuição Especial	-	-
Total	4,00%	477,71

Participantes Autopatrocinaados

Os Participantes Autopatrocinaados deverão efetuar as contribuições resultantes dos itens 7.1 e 7.2 dos Regulamentos dos Planos acrescidas da taxa de administração que vier a ser estabelecida pelo Conselho Deliberativo.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

O critério do Conselho Deliberativo, o Participante que optar pelo Benefício Proporcional Diferido assumirá o custeio das despesas administrativas decorrentes da sua manutenção no Plano.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 01/01/2017.

6 Conclusão

Certificamos que o Plano de Benefícios Unisys Brasil Ltda. está deficitário em 31/12/2016. No entanto, o equacionamento deste déficit não será necessário dado que o mesmo é inferior ao limite estabelecido no Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2017.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Rodrigo Salgado Cardoso
M.I.B.A. nº 1.317

Daphinie Campos Martins
M.I.B.A. nº 2.541

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – 2016

Plano de Aposentadoria Unisys Brasil Ltda Plano de Aposentadoria Unisys Tecnologia Ltda Plano de Gestão Administrativa

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Segmento: Plano | Nome: Alexandre Rangel Chaves | CPF: 509.XXX.XXX-XX | Cargo: Diretor Superintendente

Alocação dos Recursos

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	70,00%	100,00%	80,00%
Renda Variável	0,00%	30,00%	20,00%
Empréstimos e Financiamentos	0,00%	3,00%	1,00%

Indexador por Plano/Segmento

Segmento	Participação	INDEXADOR		
		%	Tipo	Taxa de Juros
Renda Fixa	100,00%	100,00%	CDI	1% a.a.
Renda Variável	100,00%	100,00%	IBrX-100 Fech	0,00%
Empréstimos e Financiamentos	100,00%	100,00%	CDI/Meta Atuarial	0,00%

Controle de Riscos

Tipo		Tipo	
Risco de Mercado (DNP)	x	Risco Operacional	x
Risco Legal	x	Risco de Contraparte (Crédito)	x
Risco de Liquidez	x		

Derivativos

A Entidade não aplica em derivativos a despeito da legislação e a política de investimentos permitirem sob determinadas condições.

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Plano de Benefícios Unisys Brasil

Entidade: 2071-UNISYS-PREVI

Plano de Benefícios: 1986000583-PLANO DE BENEFÍCIOS UNISYS BRASIL

Data de Geração: 14/03/2017 11:08:58

Mês de Referência: 12/2016

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	370.237.395,38
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	370.237.395,38
Diferença:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	1.206.410,43
Depósitos:	63.755,46
Títulos Públicos:	0,00
Títulos Privados:	0,00
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	1.078.950,97
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	119.509,55
Exigível Contingencial/Investimentos:	-55.805,55

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	369.030.984,94
02.850.617/0001-21	369.030.984,94

Observações:

- Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):
 - + 1.1.0.0.00.00 Disponível
 - + 1.2.3.0.00.00 Investimentos
 - 2.1.3.0.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
 - 2.2.3.0.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos
- O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:
 - a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
 - b) O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).
- A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Plano de Benefícios Unisys Tecnologia

Entidade: 2071-UNISYS-PREVI

Plano de Benefícios: 1997003465-PLANO DE BENEFÍCIOS UNISYS TECNOLOGIA

Data de Geração: 14/03/2017 11:10:09

Mês de Referência: 12/2016

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	182.874,57
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	182.874,57
Diferença:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	12.030,94
Depósitos:	0,00
Títulos Públicos:	0,00
Títulos Privados:	0,00
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	11.458,04
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	572,90
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	170.843,63
02.850.617/0001-21	170.843,63

Observações:

- Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):
 - + 1.1.0.0.00.00 Disponível
 - + 1.2.3.0.00.00 Investimentos
 - 2.1.3.0.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
 - 2.2.3.0.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos
- O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:
 - O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
 - O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).
- A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Plano de Gestão Administrativa

Entidade: 2071-UNISYS-PREVI

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Data de Geração: 14/03/2017 11:02:04

Mês de Referência: 12/2016

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	197.080,63
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	197.080,63
Diferença:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	0,00
Depósitos:	0,00
Títulos Públicos:	0,00
Títulos Privados:	0,00
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	0,00
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	0,00
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00

Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	197.080,63
02.850.617/0001-21	197.080,63

Observações:

- Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):
 - + 1.1.0.0.00.00 Disponível
 - + 1.2.3.0.00.00 Investimentos
 - 2.1.3.0.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
 - 2.2.3.0.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos
- O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:
 - O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
 - O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).
- A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DIRETORIA DA UNISYS-PREVI ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Aos 21 dias do mês de março de dois mil e dezessete às 10:00 horas na sede da Entidade, à Rua Teixeira de Freitas, 31 - 10º andar - Parte, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, reuniu-se a Diretoria da Unisys-Previ Entidade de Previdência Complementar. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Diretor Superintendente, Sr. Alexandre Rangel Chaves, que indicou a mim, Roseli de Aguiar Andrade, para secretariá-lo. Instalada a reunião, por determinação do Sr. Presidente, procedi a leitura da Ordem do Dia, devendo os Srs. Diretores discutir e deliberar sobre os seguintes itens:

- Resultados obtidos em Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2016, dos Planos de Benefícios da Entidade e níveis de contribuições recomendados para o exercício subsequente;
- Balanco anual, Demonstração de Resultados, Demonstração do Fluxo Financeiro, Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Entidade do exercício 2016; para submissão ao Conselho Deliberativo.

Em discussão o primeiro item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e aprovação da Diretoria os principais resultados obtidos na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2016, dos Planos da Entidade, documentados em Demonstrativo de Resultado de Avaliação Atuarial ("DA"), plano de custeio, fundamentação das hipóteses atuariais, estudo da aderência da taxa de juros e o resultado atuarial acumulado, elaborado pela Mercer Human Resource Consulting, após o que, a Diretoria deliberou pela aprovação, sem ressalvas. A referida documentação estará a disposição nos arquivos da entidade e não ficará anexa a esta ata.

Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Presidente colocou à apreciação e aprovação da Diretoria os documentos citados no item "b" da Ordem do Dia, destacando que as Demonstrações Financeiras submetidas foram devidamente apreciadas pela KPMG Auditores Independentes, conforme Parecer que delas faz parte integrante. Discutido o assunto a Diretoria deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar sem restrições, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas e, submetê-las ao Conselho Fiscal e ao Conselho Deliberativo da Entidade, para sua aprovação. A referida documentação estará a disposição nos arquivos da entidade e não ficará anexa a esta ata.

Como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou o Sr. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2017

Alexandre Rangel Chaves
Diretor Superintendente
Presidente da Mesa

Roseli de Aguiar Andrade
Diretora de Contabilidade e Atuaría
Secretária da Mesa

Carlos de Souza Brancão Filho
Diretor de Fiscalização e Auditoria

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL UNISYS-PREVI ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Aos 22 dias do mês de março de dois mil e dezessete, às 15:30 hs na sede da entidade, reuniu-se o Conselho Fiscal da UNISYS-PREVI ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Presidente do Conselho Fiscal, Sr. Mauricio Rodrigues Miranda, que indicou a mim, Alexandre Rangel Chaves, para secretariá-la. Instalada a reunião, por determinação do Sr. Presidente, procedi a leitura do Dia, devendo os Srs. Conselheiros discutir e deliberar sobre o seguinte item:

Parecer da Auditoria e Demonstrações Contábeis da Entidade do exercício 2016.

O Sr. Presidente submeteu à apreciação e aprovação do Conselho Fiscal, destacando que as Demonstrações Financeiras foram devidamente apreciadas pela KPMG Auditores Independentes, conforme parecer que delas faz parte integrante. Discutido o assunto o Conselho deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar sem restrições, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas e, registrando-se parecer favorável dos auditores independentes. A referida documentação estará a disposição nos arquivos da entidade e não ficará anexa a esta ata.

Como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou o Sr. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Rio de Janeiro, 22 de Março de 2017

Mauricio Rodrigues Miranda
Presidente do Conselho Fiscal
Presidente da Mesa

Francisco Carlos de Lima Nunes
Conselheiro

Alexandre Rangel Chaves
Diretor Superintendente
Secretário da Mesa

Wagner Aciole Bonfim
Conselheiro

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA UNISYS-PREVI ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Aos 24 dias do mês de março de dois mil e dezessete, às 09:00 hs na sede da entidade, reuniu-se o Conselho Deliberativo da UNISYS-PREVI ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Presidente do Conselho, Sr. Mauricio Andre Cataneo, que indicou a mim, Alexandre Rangel Chaves, para secretariá-lo. Instalada a reunião, por determinação do Sr. Presidente, procedi a leitura do Dia, devendo os Srs. Conselheiros discutir e deliberar sobre os seguintes itens:

- Resultados obtidos em Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2016, dos Planos de Benefícios da Entidade e níveis de contribuições recomendados para o exercício subsequente;
- Balanco anual, Demonstrações de Resultados, Demonstração do Fluxo Financeiro, Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Entidade e parecer dos Auditores Independentes para o exercício 2016;

Em discussão o primeiro item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo os principais resultados obtidos na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2016, dos Planos da Entidade, documentados em Demonstrativos de Resultados de Avaliação Atuarial (DA) de 31 de dezembro de 2016, elaborado pela Mercer Human Resource Consulting, aprovados pela Diretoria da entidade, na 2ª Reunião Ordinária de 21/03/2016 e pelo Conselho Fiscal na 14ª Reunião Ordinária de 22/03/2016, ora apresentados a esse Órgão Estatutário. Após tomar conhecimento do conteúdo, o Conselho Deliberativo aprovou o seu inteiro teor, destacando-se em especial, os níveis de contribuição das Patrocinadoras à Entidade, proposto para o exercício de 2017, conforme demonstrativos inseridos no referido "DA", plano de custeio, fundamentação das hipóteses atuariais, estudo de aderência da taxa de juros e o resultado atuarial acumulado. A referida documentação estará disponível nos arquivos da entidade e não ficará anexa a esta ata.

Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Presidente colocou à apreciação e aprovação dos Srs. Conselheiros os documentos citados no item "b" da Ordem do Dia, destacando que as Demonstrações Financeiras foram devidamente apreciadas pela KPMG Auditores Independentes, conforme Parecer que delas faz parte integrante. Discutido o assunto o Conselho deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar sem restrições, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas e, em decorrência, considerando o fato de que sobre as mesmas registra-se parecer favorável dos auditores independentes, exonerar de responsabilidade sobre as contas do exercício, os membros da Diretoria da entidade, salvo se houver a verificação judicial de erro, dolo, fraude ou simulação. A referida documentação estará à disposição nos arquivos da entidade e não ficará anexa a esta ata.

Sr. Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou o Sr. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2017

Mauricio Andre Cataneo
Presidente do Conselho
Presidente da Mesa

Alexandre Rangel Chaves
Diretor Superintendente
Secretário da Mesa

Roberto Dib
Conselheiro

Laura Leitner Araújo Lafayette
Conselheira

Claudia Nacif Gomes
Conselheira